

Tratados globais, políticas e legislações relacionadas a resíduos

Antes de começar

Os resíduos, conforme chegamos a entender, são materiais indesejados ou inutilizáveis que são descartados. Também aprendemos que o que é desperdício para uma pessoa pode não ser necessariamente o mesmo para outra. O termo desperdício também é aplicável a diferentes tipos de materiais, incluindo resíduos municipais, perigosos, biomédicos, industriais, resíduo eletrônico, entre outros. Com base em sua natureza, os resíduos também podem ser tóxicos, perigosos, inertes ou infecciosos. A natureza dos resíduos e o volume em que os resíduos estão sendo produzidos hoje em dia colocam imensa pressão em nosso meio ambiente.

Tipo de resíduo, quantidade de resíduo gerado, como e onde é descartado, sua natureza (perigoso ou infeccioso), o que às vezes torna obrigatório o manuseio com cuidado. Como é coletado, transportado e tratado são algumas das outras questões que surgem em torno de “resíduos”.

Existem várias leis e legislações que analisam a gestão de resíduos. Elas governam o transporte, tratamento, armazenamento e disposição de resíduos. Essas leis visam minimizar ou controlar a dispersão indiscriminada de resíduos; reduzir danos ecológicos ou biológicos; exigir a reciclagem de resíduos ou até mesmo determinar onde os resíduos podem ou não podem ser descartados.

Diferentes convenções e leis foram reunidas para a gestão de resíduos, algumas delas são:-

- Convenção sobre Responsabilidade Civil por Danos Causados durante o Transporte de Mercadorias Perigosas por Estradas, Ferrovias e Embarcações de Navegação Interior (CRTD), Genebra, 1989.
- Convenção sobre o Controle de Movimentos Transfronteiriços de Resíduos Perigosos e sua Disposição, Basileia, 1989.
- Convenção sobre a Proibição de Importação para África e o Controle de Transfronteiriços Movimentos e Gestão de Resíduos Perigosos na África, Bamako, 1991.
- Convenção sobre o Procedimento de Prévia Informação e Consentimento para Certos Produtos Químicos Perigosos e Pesticidas no Comércio Internacional, Roterdão, 1998.
- Convenção sobre os Efeitos Transfronteiriços de Acidentes Industriais, Helsinque, 1992.
- Acordo Europeu sobre Transporte Internacional de Mercadorias Perigosas por Vias navegáveis Internas (AND), Genebra, 2000.
- Acordo Europeu Relativo ao Transporte Rodoviário Internacional de Mercadorias Perigosas (ADR), Genebra, 1957.
- Código Internacional de Conduta para Distribuição e Uso de Pesticidas da FAO (Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura), Roma, 1985.
- Convenção de Minamata sobre o Mercúrio, Minamata 2013.
- Convenção de Estocolmo sobre Poluentes Orgânicos Persistentes Estocolmo, 2001.
- Convenção para Proibir a Importação nos Países Insulares do Fórum de Resíduos de Substâncias Perigosas e Radioativas e para controlar o Movimento Transfronteiriço e a Gestão de Resíduos Perigosos na Região do Pacífico Sul, Waigani, 1995.

A "*Microbead-Free Waters Act*" é um exemplo de alguns dos diferentes tipos de leis e legislações que regem os resíduos aplicáveis em diferentes locais.

Comunicando as leis de resíduos



INTRODUÇÃO

O plano de aula incentiva a pesquisa de leis relacionadas a vários aspectos dos resíduos, começando com leis locais a globais e sua ampla divulgação. A conscientização sobre as leis é uma ferramenta importante para uma melhor conformidade e sua aplicação

Além disso, o exercício oferece aos alunos uma oportunidade de ativismo entre as várias partes interessadas.

Objetivos:

Os alunos serão capazes de

- fazer um inventário de leis relacionadas a resíduos.
- explicar o propósito e a importância de implementar essas políticas globais.
- escrever um artigo ou conduzir uma entrevista em vídeo descrevendo os diferentes tipos de leis e a sua importância.

Passos do JRMA: Investigar, pesquisar soluções, relatar, disseminar

Vínculo curricular: Ciência/estudos ambientais/ciências sociais

Tempo necessário/duração:

- **Sessão 1 em sala de aula:** 45 minutos para o professor fazer uma introdução do contexto sobre resíduos e leis.
- **Tarefa em grupo 1:** seis horas distribuídas em uma semana para os alunos executarem uma pesquisa na internet e identificarem diferentes leis referentes a resíduos.
- **Sessão 2 em sala de aula:** 45 minutos para o professor ajudar os alunos a organizarem os dados.
- **Tarefa em grupo 2:** Cinco horas em uma semana para escreverem um artigo ou conduzirem uma entrevista em vídeo.

Materiais necessários:

- Conservação e Recuperação de Recursos
- Material 2 (leis referentes a resíduos)
- Internet
- Materiais para escrever
- Celular ou câmera de filmagem para gravar o vídeo.



Jovens Repórteres
do meio ambiente

15-18
anos



Atividade

Sessão em sala de aula **1**

- Inicie com um debate introduzindo os alunos aos resíduos e às leis.
- Divida a classe em grupos de 3 a 4 alunos.
- Oriente os alunos a realizarem uma pesquisa na internet sobre os diferentes tipos de leis e legislações referentes a resíduos. Podem-se designar grupos diferentes a diferentes aspectos para evitar coincidência de abordagem.
 - As leis podem ser referentes à categoria de resíduos.
 - As leis podem ser referentes à coleta de resíduos.
 - As leis podem ser referentes ao descarte de resíduos - como e onde?
- Ajude os alunos a resumir o trabalho de pesquisa e oriente os grupos a organizarem as informações coletadas. O Material 2 deve ser utilizado para isso.

Tarefa em Grupo **1**

- Peça aos alunos que compilem suas conclusões na forma de um artigo ou de uma entrevista.
- Oriente os alunos para que cubram alguns aspectos em seus relatórios, incluindo
 - o propósito e a importância de implementar essas políticas globais
 - os diferentes tipos de leis e a sua importância
- Para o artigo: Consulte o plano de Aula 1 do capítulo “Aprendendo a Ser um Jornalista Ambiental”
- Para o vídeo: Consulte o Plano da Aula 5 do capítulo “Aprendendo a Ser um Jornalista Ambiental”

Avaliação

Os relatórios dos alunos podem ser avaliados quanto à eficácia da comunicação sobre as questões do tópico selecionado e sobre as habilidades de comunicação.

Material 2

Lei de Conservação e Recuperação de Recursos

A Lei de Conservação e Recuperação de Recursos - geralmente denominada RCRA - é a principal lei dos Estados Unidos que regulamenta o descarte de resíduos sólidos e perigosos. O Congresso aprovou a RCRA em 21 de outubro de 1976 para resolver os problemas crescentes que o país enfrentou com o aumento do volume de resíduos urbanos e industriais. A RCRA, que alterou a Lei de Descarte de Resíduos Sólidos de 1965, estabeleceu metas nacionais para:

- Proteger a saúde humana e o meio ambiente dos perigos potenciais do descarte de resíduos.
- Conservar a energia e os recursos naturais.
- Reduzir a quantidade de resíduos gerados.
- Garantir que os resíduos sejam gerenciados de maneira ambientalmente correta.

Para atingir esses objetivos, a RCRA estabeleceu três programas distintos, mas interrelacionados:

- O programa de resíduos sólidos, sob o subtítulo D da RCRA, incentiva os estados a desenvolverem planos abrangentes para gerenciar resíduos sólidos industriais não perigosos e resíduos sólidos municipais, estabelece critérios para aterros municipais de resíduos sólidos e outras instalações para descarte de resíduos sólidos e proíbe o despejo de resíduos sólidos a céu aberto.
- O programa de resíduos perigosos, sob o subtítulo C da RCRA, estabelece um sistema para controlar resíduos perigosos desde o momento em que é gerado até o seu descarte final - de fato, do "berço ao túmulo".
- O programa UST (tanque de armazenamento subterrâneo), no subtítulo I da RCRA, regulamenta os tanques de armazenamento subterrâneo que contêm substâncias perigosas e produtos petrolíferos.

Fonte: <https://www.epa.gov/history/epa-history-resource-conservation-and-recovery-act>

Material 2

Leis relacionadas aos resíduos

País/estado/ cidade	Tópico	Ano de entrada em vigor	Aplicação relacionada (conscientização, penalidade, etc.)	Jurisdição da lei

Referências

(<https://www.fda.gov/Cosmetics/GuidanceRegulation/LawsRegulations/ucm531849.htm>)